



CE-PREVCOM

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DO ESTADO DO CEARÁ

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS**
em 31 de dezembro de 2025

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (BP)

Em milhares de reais

	2025	2024		2025	2024
Ativo			Passivo		
Disponível	1	0	Exigível Operacional (Nota 4.3)	40.822	36.101
			Gestão previdenciária	11.097	7.676
Realizável (Nota 4.2)	154.634	87.909	Gestão administrativa	29.711	28.425
Gestão Previdencial	9.588	6.642	Investimentos	14	0
Gestão administrativa	235	139			
Investimento	144.811	81.128	Patrimônio Social	113.813	51.808
Fundos de Investimentos	90.432	81.128	Patrimônio Cobertura do Plano	110.205	51.960
Títulos Públicos	54.379	0	Provisões Matemáticas	110.205	51.960
			Benefícios Concedidos	359	203
			Benefícios a conceder	109.846	51.757
			Fundos	3.608	(152)
			Fundos Previdenciais	266	154
			Fundo Administrativo	3.342	(306)
Total Ativo	154.635	87.909	Total Passivo	154.635	87.909

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

	<i>Em milhares de reais</i>		
	2025	2024	Variação %
A) Patrimônio social - início do exercício	51.808	20.806	149
1. Adições	75.273	39.793	89
Contribuições previdenciais	56.974	32.923	73
Portabilidade	1.401	1.849	-24
Indenização de Riscos Terceirizados	167	213	-22
Outras Adições	1	2	-50
Resultado positivo líquido dos investimentos-gestão previdencial	8.747	697	1155
Receitas administrativas	4.358	2.505	74
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão administrativa	3.625	1.604	126
2. Destinações	(13.268)	(8.791)	51
Benefícios	(52)	(11)	373
Resgate	(117)	(125)	-6
Portabilidade	(416)	(825)	- 50
Repasse risco terceirizado	(8.283)	(4.105)	102
Outras deduções	(65)	(6)	983
Despesas administrativas	(4.335)	(3.719)	17
3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)	62.005	31.002	100
Provisões matemáticas	58.245	30.481	91
Fundos Previdenciais	112	131	-15
Fundos administrativos	3.648	390	835
B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)	113.813	51.808	120

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (DMAL) PLANO PREV-CE

<i>Em milhares de reais</i>			
	2025	2024	Variação %
A) Ativo líquido - início do exercício	49.187	20.714	137
1. Adições	66.345	35.272	88
Contribuições	56.682	32.884	72
Portabilidade	1.331	1.650	-19
Indenização de Riscos Terceirizados	167	213	-22
Outras Adições	0	2	-100
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	8.165	523	1461
2. Destinações	(11.800)	(6.799)	74
Benefícios	(52)	(11)	373
Resgate	(113)	(125)	-10
Portabilidade	(401)	(825)	-51
Repasse de risco terceirizado	(7.872)	(3.867)	104
Outras deduções	(64)	(6)	967
Custeio administrativo	(3.298)	(1.965)	68
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	54.545	28.473	92
Provisões matemáticas	54.441	28.343	92
Fundos Previdenciais	104	130	-20
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	103.732	49.187	111
C) Fundos não previdenciais	3.211	(306)	-1.149
Fundos administrativos	3.211	(306)	-1.149

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (DMAL)
PLANO PREV-CE MUNICÍPIOS**

	2025	2024	<i>Em milhares de reais</i> Variação %
A) Ativo líquido - Início do exercício	2.927	788	271
1. Adições	4.475	2.505	79
Contribuições	3.822	2.132	79
Portabilidade	70	199	-65
Outras adições	1	0	100
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão Previdencial	582	174	234
2. Destinações	(663)	(366)	81
Resgate	(4)	0	100
Portabilidade	(15)	0	100
Repasse de risco terceirizado	(411)	(238)	73
Outras deduções	(1)	0	100
Custeio administrativo	(232)	(128)	81
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	3.812	2.139	78
Provisões matemáticas	3.804	2.138	78
Fundos Previdenciais	8	1	700
B) Ativo líquido - Final do exercício (A+3)	6.739	2.927	130
C) Fundos não previdenciais	131	0	100
Fundos administrativos	131	0	100

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (DAL)
PLANO PREV-CE**

<i>Em milhares de reais</i>			
	2025	2024	Variação %
1. Ativos	117.794	56.827	107
Disponível	1	0	100
Recebíveis previdenciais	12.039	6.267	92
Investimento	105.754	50.560	109
Títulos Públicos	54.379	0	100
Fundos de Investimentos	51.375	50.560	2
 2. Obrigações	 10.849	 7.640	 42
Operacional	10.849	7.640	42
 5. Ativo líquido (1-2)	 106.945	 49.187	 117
Provisões matemáticas	103.483	49.041	111
Fundos Previdenciais	251	146	72
Fundo Administrativo	3.211	0	100

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (DAL)
PLANO PREV-CE MUNICÍPIOS

		<i>Em milhares de reais</i>	
	2025	2024	Variação %
1. Ativos	7.723	3.379	129
Recebíveis previdenciais	892	376	137
Investimento	6.831	3.003	127
Fundos de Investimentos	6.831	3.003	127
2. Obrigações	855	452	89
Operacional	855	452	89
5. Ativo líquido (1-2)	6.868	2.927	135
Provisões matemáticas	6.722	2.919	130
Fundos Previdenciais	15	8	88
Fundos Administrativos	131	0	100

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA (DPGA)

	<i>Em milhares de reais</i>		
	2025	2024	Variação %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	(306)	(696)	-56
1. Custeio da gestão administrativa	7.983	4.109	94
1.1. Receitas	7.983	4.109	94
Custeio administrativo da gestão previdencial	3.530	2.094	69
Receitas diretas	828	411	101
Resultado positivo líquido dos investimentos	3.625	1.604	126
2. Despesas administrativas	(4.335)	(3.719)	17
2.1. Administração dos planos previdenciais	(3.132)	(2.419)	29
Pessoal e encargos	(1.669)	(1.322)	26
Treinamentos, congressos e seminários	(37)	(23)	61
Viagens	(48)	(19)	153
Serviços de terceiros	(992)	(844)	18
Despesas gerais	(11)	(10)	10
Tributos	(375)	(201)	87
2.4. Remuneração - Antecipação de Contribuições dos Patrocinadores	(1.203)	(1.300)	-7
6. Sobra (insuficiência) da gestão administrativa (1+2)	3.648	390	835
7. Constituição (reversão) do fundo administrativo (6)	3.648	390	835
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7)	3.342	(306)	-1.192

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT)
PLANO PREV-CE**

	2025	2024	<i>Em milhares de reais</i> Variação %
Provisões Técnicas (1+3+4)	114.583	56.827	102
1.Provisões Matemáticas	103.483	49.041	111
1.1.Benefícios concedidos	359	203	77
Contribuição definida	359	203	77
Saldo de contas assistidos	359	203	77
1.2.Benefícios a conceder	103.124	48.838	111
Contribuição definida	103.124	48.838	111
Saldo de contas - parcela patrocinador	48.724	22.730	114
Saldo de contas - parcela constituída pelos participantes	49.862	23.171	115
Saldo de contas - parcela participantes portada EFPC	4.538	2.937	55
3.Fundos	251	146	72
3.1.Fundos Previdenciais	251	146	72
4.Exigível operacional	10.849	7.640	42
4.1. Gestão previdencial	10.849	7.640	42
4.2. Investimentos gestão previdencial	11	0	100

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS (DPT)
PLANO PREV-CE MUNICÍPIOS

	2025	2024	<i>Em milhares de reais</i> Variação %
Provisões Técnicas(1+2+3)	7.592	3.379	125
1. Provisões matemáticas	6.722	2.919	130
1.2. Benefícios a conceder	6.722	2.919	130
Contribuição Definida	6.722	2.919	130
Saldo de contas - parcela patrocinador	3.042	1.217	150
Saldo de contas – parcela participantes	3.059	1.223	150
Saldo de contas – parcela participantes portada EFPC	621	479	30
2. Fundos	15	8	88
Fundos Previdenciais	15	8	88
4. Exigível operacional	855	452	89
4.1. Gestão previdencial	854	452	89
4.2. Investimentos gestão previdencial	1	0	100

Nota: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará (CE-PREVCOM) foi instituída como **Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC)**, nos termos das Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 2001. É Entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e personalidade jurídica de direito privado, no âmbito das normas específicas do **Regime de Previdência Complementar (RPC)** privado do país, na forma do artigo 202 da Constituição Federal e normas infraconstitucionais próprias decorrentes.

A CE-PREVCOM tem como objetivo administrar e executar **planos de benefícios complementares da previdência privada dos servidores** públicos do Estado do Ceará, na modalidade de **Contribuição Definida**, conforme a exata exigência constitucional para os Entes Federativos: somente caberiam instituir RPC com a adoção de planos de benefícios complementares na modalidade de Contribuição Definida (art. 40, §15 da CF), afastando, constitucionalmente, qualquer possibilidade de geração de déficits atuariais ou insuficiências financeiras a serem cobertas pelos patrocinadores desses planos. Este foi e é o objetivo primordial da Constituição Federal ao determinar a obrigatoriedade da limitação da cobertura do RPPS pelo Ente Público e da correlata instituição do RPC, na cobertura que lhe cabe.

Diante da necessidade de se criar uma **Cultura de Previdência Complementar** em todos os níveis no Ente Público, registra-se que referida **modalidade de Contribuição Definida** garante o plano estar em **permanente equilíbrio técnico**. Não há superávit ou déficit técnico atuarial. Não há insuficiência financeira a ser coberta ou que venha a existir para que pudesse ser chamado a cobri-la ou honra-la o respectivo Ente Público. Isso porque os benefícios neste tipo de Plano (CD) são decorrentes diretamente e exclusivamente do saldo individual dos recursos individuais privados dos participantes (os verdadeiros cotistas do patrimônio do plano). Noutras palavras, a obrigação do plano é sempre exatamente o valor do saldo de contas individual acumulado no Plano.

Nesse cenário constitucional, a CE-PREVCOM foi inscrita no CNPJ sob o nº 39.940.699/0001-05, em 27 de novembro de 2020, e com a sua Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) específica, sob o código nº 306-9, relativo à Fundação Privada prevista no art. 31 da Lei Complementar federal nº 109/2001, observada a exata forma ali classificada para as EFPC do país (por vezes referenciadas como “fundos de pensão” na classificação CNAE). Logo na sequência, em janeiro de 2021, a CE-PRECOM iniciou, por sua vez, efetivamente, as suas atividades operacionais, seguindo todo o rito prévio e obrigatório junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC).

A CE-PREVCOM também está autorizada por lei a administrar planos para servidores públicos de entes municipais cearenses; para empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, no Ceará; além de deputados estaduais, todos na exata forma dos regulamentos aprovados pela PREVIC.

Importante destacar ainda que a CE-PREVCOM não faz parte da estrutura de qualquer dos patrocinadores de seus planos administrados, seja o Patrocinador Poder Executivo, seja qualquer outro, estadual ou municipal, dado, justamente, o seu enquadramento como uma EFPC que administra planos de benefícios complementares que são patrocinados por seus patrocinadores. Tais patrocinadores pagam a contribuição paritária de patrocinador a que tem direito o seu servidor ou empregado que deseja ser participante do Plano. Com esse pagamento, o patrocinador quita sua obrigação para com seu servidor ou empregado quanto ao RPC, na forma da lei.

Quanto aos Planos de Benefícios administrados, a CE-PREVCOM administra, atualmente, dois Planos, os quais são patrocinados pelos respectivos patrocinadores estaduais e municipais cearenses:

- **O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES DO ESTADO DO CEARÁ (PREV-CE)**, sob CNPJ nº 2021.0005-83, aprovado pela Portaria PREVIC nº 135, de 8 de março de 2021, e com CNPJ nº 48.307.769/0001-83 (criado pela Receita Federal do Brasil), na modalidade de **Contribuição Definida**, e
- **O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ (PREV-CE MUNICÍPIOS)**, sob CNPJ nº 2021.0028-29, aprovado pela Portaria PREVIC nº 713, de 25 de outubro de 2021, com CNPJ nº 48.307.793/0001-12 (criado pela Receita Federal do Brasil), na modalidade **Contribuição Definida**.

Quanto aos **PARTICIPANTES ATIVOS** (notadamente, patrocinados e facultativos) dos planos de benefícios complementares, apresentava-se a seguinte composição em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

PLANO PREV-CE – PARTICIPANTES ATIVOS

Item	2025	2024
Número de participantes ativos	1.915	1.565
Número de participantes com demais status com saldo	94	57
Idade média (anos)	38	37
Tempo de plano (meses)	22,28	14,00
Remuneração média(R\$)*	21.994,11	19.488,28
Tempo médio faltante para aposentadoria (meses) *	290,03	305,51
Contribuição média participante (R\$)**	964,64	897,60
Contribuição média patrocinadora (R\$)***	945,95	782,22

Notas: * Somente ativos contribuintes; ** Contribuição Básica do participante; *** Contribuição Básica da Patrocinadora.

PLANO PREV-CE MUNICÍPIOS – PARTICIPANTES ATIVOS

Item	2025	2024
Número de participantes ativos	438	191
Número de participantes com demais status com saldo	22	11
Idade média (anos)	37	37
Tempo de plano (meses)	13,52	12,93
Remuneração média(R\$)*	13.338,88	13.305,18
Tempo faltante para aposentadoria (R\$) *	299,33	316,94
Contribuição média participante (R\$)**	369,82	406,67
Contribuição média patrocinadora (R\$)***	369,76	435,66

Notas: * Somente ativos contribuintes; ** Contribuição Básica do participante; *** Contribuição Básica da Patrocinadora.

Quanto aos **ASSISTIDOS** dos planos de benefícios complementares, apresentava-se a seguinte composição em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, ocorrendo apenas, no caso, para o PLANO PREV-CE:

PLANO PREV-CE – ASSISTIDOS

Item	2025	2024
Número de pensionistas	3	2
Idade média (anos)	21	13
Benefício médio	1.819,58	1.113,53
Saldo médio de conta individual	119.633,84	101.638,10

Verifica-se o crescimento do número de participantes ativos da Entidade, os quais estão em fase de acumulação de recursos em sua previdência privada. Ademais, o pequeno grupo de assistidos no Plano PREV-CE, ratificando a CE-PREVCOM em seu papel institucional de pagar benefícios complementares, consoante suas regras específicas, no âmbito da proteção de previdência privada para seus participantes e familiares.

Consequentemente, ratifica-se o natural crescimento da Entidade com o ingresso de novos participantes ativos (proveniente, primordialmente, da política de ingresso de servidores nos patrocinadores), impactando positivamente na receita previdenciária dos Planos PREV-CE e PREV-CE MUNICÍPIOS. Notadamente, o resultado da gestão da Entidade quanto ao trabalho incessante de criação de Cultura de Previdência Complementar no âmbito de todo o Ente Federativo Ceará, ganhando cada vez mais a confiança de seus participantes e familiares indicados como beneficiários para a sua cobertura de RPC.

Por fim, destaca-se o resultado da gestão da Entidade no que se refere ao trabalho permanente de fortalecimento da Cultura de Previdência Complementar no âmbito do Ente Federativo Ceará, ampliando progressivamente a confiança dos participantes e de seus familiares indicados como beneficiários no regime de previdência complementar (RPC).

No contexto operacional da Gestão de Investimentos, a Entidade adota mecanismos de Governança, com análises e decisões colegiadas no âmbito do Comitê de Investimentos, da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo. Conta com prestadores de serviços técnicos especializados e reconhecidos no segmento nacional do RPC, nas áreas de Consultoria de Investimentos, de Gestão de Recursos e de Custódia Qualificada e Controladoria, todos registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os quais exercem suas funções de forma segregada e independente.

Durante o exercício 2025, a CE-PREVCOM seguiu a estratégia de continuar aproveitando as oportunidades do segmento em renda fixa, com ótima relação risco e retorno esperado, sempre por decisões colegiadas e fundamentadas, em total respeito às políticas de investimentos e às normas aplicáveis. Referida estratégia garantiu ótimas oportunidades de aplicações em fundos de investimento e aquisições de títulos atrelados à inflação e com taxa real de retorno acima do objetivo a ser alcançado pela política, mesmo que oscilações de curto prazo possam ocorrer. Passou a adquirir títulos públicos federais com ótimas taxas reais contratadas até o vencimento dos papéis. Também assegurou enfoques prudenciais e diferentes para as estratégias de investimentos consoante a necessidade de liquidez, volume e grau de crescimento de cada plano de benefícios (PREV-CE e PREV-CE MUNICÍPIOS) e do PGA.

Quanto aos registros no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica dos Planos de Benefícios Complementares**, com código **CNAE nº 332-8 específico para esse fim**, foram efetivados pela própria Receita Federal do Brasil (RFB) em consonância com norma do CNPC e da própria RFB, nas datas adiante indicadas. Com isso, registram-se os CNPJ da operação da Entidade (Plano de Gestão Administrativa – PGA) e dos seus planos de benefícios complementares administrados:

Descrição	Natureza Jurídica	CNPJ	Data de Abertura
Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará (CE-PREVCOM)	306-9 - Fundação Privada	39.940.699/0001-05	27/11/2020
Plano de Previdência Complementar dos Servidores do Estado do Ceará (PREV-CE)	332-8 – Plano de Benefícios de Previdência Complementar Fechada	48.307.769/0001-83	10/03/2021
Plano de Previdência Complementar dos Municípios do Estado do Ceará (PREV-CE MUNICÍPIOS)	332-8 – Plano de Benefícios de Previdência Complementar Fechada	48.307.793/0001-12	27/10/2021

Nota: A Resolução CNPC nº 46/2021 registra o que segue para a especificidade da natureza da atividade dos Planos de Benefícios de Previdência Complementar Fechada, CNAE nº 332-8: “Art. 5º Os planos de benefícios de caráter previdenciário administrados por entidade fechada de previdência complementar deverão ser objeto de inscrição específica no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme regulamentação da Secretaria da Receita Federal do Brasil. § 1º A inscrição no CNPJ não confere personalidade jurídica própria aos planos de benefícios.”, consubstanciada pela Nota RFB/SUFIS nº 8, de 10/10/2022, da Receita Federal do Brasil. Os planos de benefícios previdenciais administrados possuem ativos financeiros segregados por meio de carteiras administradas vinculadas ao CNPJ de cada plano. Os recursos administrativos estão congregados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), com obrigações perante a Receita Federal (CNPJ da Entidade).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às **Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC)** e reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), em atendimento às disposições legais normativas e reguladoras das atividades dessas EFPC. Especificamente, destacam-se a Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023; a Resolução CNPC nº 43, alterada pela Resolução CNPC nº 61, de 11 de dezembro 2024; a Resolução CMN nº 4.994, de 24 de março de 2022 do Conselho Monetário Nacional — CMN, atualizada pela Resolução CMN nº 5.202, de 27 de março de 2025; e a Norma Brasileira de Contabilidade NBC ITG 2001 – Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

As demonstrações contábeis, consolidadas e por plano, elaboradas e encaminhadas à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, são, obrigatoriamente e especificamente, as seguintes:

- Balanço Patrimonial (BP) – Consolidado;
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) – Consolidada;
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de Benefícios (DMAL);
- Demonstração do Ativo Líquido por plano de Benefícios (DAL);
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) – Consolidada; e
- Demonstração das Provisões Técnicas dos planos de benefícios (DPT).

As Demonstrações Contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, considerando os registros contábeis em gestões Previdencial e Administrativa e o investimento, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações, individualizadas, consistentes e transparentes que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções institucionais da Entidade, diante do dever fiduciário para com os recursos da previdência privadas de seus participantes.

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. Os balancetes mensais cont m o detalhamento das contas apresentadas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis das EFPC seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às Demonstrações Contábeis do exercício social anterior. Os registros contábeis respeitam a autonomia dos planos de benefícios complementares em relação   própria Entidade, sendo possível a identificação em separado do patrimônio dos Planos de Benefícios patrocinados e do patrimônio do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

As principais práticas contábeis específicas adotadas pelas EFPC podem ser resumidas como segue:

a) Elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as normas contábeis específicas da Superint ndencia Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC). A Administração da Entidade conta com a contadora responsável pela elaboração das demonstrações conforme as normas específicas do segmento, que subscreve este documento.

Conforme constam destas diretrizes normativas, as práticas contábeis adotadas pela CE-PREVCOM são específicas para o segmento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

A escrituração contábil é feita pelo regime de competência,   exceção das contribuições de participantes do tipo autopatrocinados, que são operações registradas pelo regime de caixa, e obedecem   planificação de contas padrão em vigor para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC (vide Resolução CNPC   43, de 06 de agosto de 2021, art. 10, parágrafo 1 ).

b) Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As contribuições de participantes autopatrocinados, se existirem, são registradas pelo regime de caixa.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis, alguns valores inerentes ao funcionamento das EFPC são

registrados por estimativas pertinentes, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões matemáticas, o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, entre outros. A Entidade revisa periodicamente tais estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração e funcionamento dos planos administrados por uma EFPC.

d) Ativo Disponível

Registra as disponibilidades existentes em caixa e equivalentes de caixa.

e) Ativo Realizável

- Gestão previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência. Está representado pelos valores e direitos diretamente relativos: (i) às contribuições de patrocinadores em nome do participante; e (ii) às próprias contribuições dos participantes da Entidade, todas destinadas ao respectivo plano de benefícios.

- Gestão administrativa

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa (como o resultado da taxa de carregamento sobre as contribuições previdenciárias recolhidas aos planos de benefícios complementares).

- Investimentos

O realizável de investimentos se refere aos recursos garantidores dos planos previdenciais de benefícios complementares e aos recursos administrativos da Entidade. Esses recursos devem ser aplicados em conformidade com as Políticas de Investimentos, devidamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo, e em consonância com a Resolução CNM nº 4.994, de 24 de março de 2022, atualizada pela Resolução CMN nº 5.202, de 27 de março de 2025, ambas do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Em atendimento à Resolução PREVIC nº 23, de 14 de agosto de 2023, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias:

- i) Títulos para negociação

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.

- ii) Títulos mantidos até o vencimento

Registra os títulos em que o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos da data de aquisição, e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de resgatá-los somente no vencimento. Os rendimentos incorridos até a data do balanço, de acordo com seus índices de correção, são apropriados no resultado do exercício.

f) Custódia de títulos

A Entidade adota a segregação de ativos financeiros por plano de benefícios e plano de gestão administrativa, mediante carteiras administradas vinculadas ao CNPJ de cada plano, com todos os

ativos devidamente registrados em custódia qualificada, sendo possível, dessa forma, identificar e acompanhar individualmente a evolução dos recursos de cada plano.

g) Exigível operacional

Registra os valores a pagar assumidos pelos planos previdenciais de benefícios complementares e também aqueles assumidos pelo Plano de Gestão Administrativa (PGA).

h) Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas por atuário habilitado e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício de 2025, segregados por plano de benefício. Como se tratam de Planos de Contribuição Definida (Plano CD), permanentemente equilibrados, as provisões matemáticas representam diretamente a obrigação do Plano diante de seus participantes e assistidos e são no exato montante dos recursos individuais acumulados.

i) Equilíbrio Técnico

Trata, em seu conceito geral, da apresentação do resultado entre o total dos recursos garantidores de um plano de benefícios previdenciários, acrescido das contribuições futuras, e o total dos compromissos atuais e futuros desse plano previdenciário.

No caso de Planos de Contribuição Definida (CD), o componente Equilíbrio Técnico é sempre “zero”, naturalmente intrínseco à modalidade de financiamento desse tipo de Plano (CD), tendo em vista que os compromissos do plano (deveres) são sempre exatamente iguais aos valores acumulados nas contas individuais dos participantes e assistidos (haveres; recursos garantidores).

Planos de **contribuição definida** estão, assim, permanentemente equilibrados.

j) Fundos

- Fundo administrativo

O componente Fundo Administrativo corresponde ao valor apurado decorrente das sobras de receitas administrativas diante das despesas administrativas na gestão dos planos administrados pela Entidade. É calculado pela diferença entre (i) as fontes de custeio administrativo; e (ii) as despesas da gestão administrativa efetivamente incorridas.

- Fundos previdenciais

Os fundos previdenciais são indicados pelo atuário do plano em conformidade com os regulamentos dos planos e são registrados na contabilidade. São objeto de registro nos fundos previdenciais: o “de exigência regulamentar” e o “de diferença de cotas”.

O Fundo de Exigência Regulamentar registra eventuais parcelas de contribuições de patrocinador que permanecem no Plano de Benefícios decorrentes de saldos de conta individual de participantes que encerraram o vínculo com o patrocinador e solicitaram o instituto de Resgate, na forma do regulamento do plano. Este fato natural da operação de uma EFPC ocorre quando um participante que solicita Resgate apresenta direito a apenas parte dessas contribuições de patrocinador, na exata forma do regulamento do plano. Destina-se à compensação natural com contribuições de patrocinador, na forma do regulamento.

O Fundo de Diferença de Cotas registra eventual diferença nos resultados de investimentos dos recursos sobre o valor da cota mensal na data regulamentar do pagamento de Resgates ou Portabilidades que tenham sido requeridos, em relação ao valor da cota na data da solicitação e apuração dos direitos dos participantes (data do pedido de Resgate ou Portabilidade). Fato

natural de operação de uma EFPC diante dos prazos regulamentares dessa operação e da dinâmica dos recursos investidos.

k) Imposto de renda e PIS/COFINS

- Impostos de Renda

A Lei federal nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, indicou que, a partir de 1º de janeiro de 2005, o imposto de renda na fonte incidiria sobre os benefícios e Institutos Previdenciais pagos aos participantes dos planos estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, de acordo com a opção realizada pelo participante e regras dispostas na Lei. Essa incidência ocorre da seguinte forma:

- Por tabela regressiva, que varia, de modo decrescente, de 35% a 10%, a depender do prazo de acumulação dos recursos do participante no seu plano de benefícios no RPC; ou
- Por tabela progressiva do imposto de renda retido na fonte para as pessoas físicas, com tabela de alíquotas crescentes de acordo com a faixa da renda tributada.

A tributação ocorre, assim, de acordo com a opção realizada diretamente pelo participante, assistido ou beneficiário de pensão, nos termos da legislação pertinente e suas atualizações, podendo haver opção quando do pagamento de benefícios ou do pagamento do instituto do resgate, na forma da norma aplicável vigente.

- PIS e COFINS

São tributos calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

4. ATIVIDADE DE REGISTRO E CONTROLE

4.1.DISPONÍVEL

Registra os recursos que a entidade e os planos possuíam em bancos, conforme demonstra o quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.25	31.12.24
Bancos conta movimento	1	0
TOTAL	1	0

Nota: prática operacional de manter quantia em caixa para a cobertura de tarifas bancárias e despesas correlatas em suas contas correntes (contas de movimento de cada um dos planos).

4.2. REALIZÁVEL

- Realizável Gestão Previdencial

Em virtude do registro em regime de competência, o Realizável da Gestão Previdencial representa os valores a receber nos planos de benefícios da Entidade, relativos às contribuições paritárias dos patrocinadores em nome dos participantes e às contribuições dos próprios participantes destinadas às suas contas individuais, tendo em vista que os Regulamentos dos Planos permitem o pagamento dessas contribuições até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do mês de competência.

Em 31 de dezembro, a rubrica Realizável Gestão Previdencial apresentava os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	31.12.25	31.12.24
Contribuições do mês	5.076	3.602
Patrocinadora	2.345	1.676
Participantes	2.731	1.926
Contribuições 13º salário	4.512	3.040
Patrocinadora	2.227	1.511
Participantes	2.285	1.529
TOTAL	9.588	6.642

Nota: prática de pagamentos por parte de patrocinadores ainda no próprio e último mês de competência do exercício (dezembro), como exemplo, ensejam o registro contábil dessas contribuições no Realizável Gestão Previdencial, a serem apropriadas contabilmente no mês seguinte de competência regulamentar para pagamento e registro contábil.

- Realizável Gestão Administrativa**

Representa os valores administrativos a receber, notadamente quanto a adiantamento de férias e décimo terceiro salário de colaboradores, conforme o caso, e ainda receitas administrativas diretas do PGA previstas no contrato com a sociedade seguradora. Estas receitas administrativas diretas são registradas por competência no Realizável Gestão Administrativa.

Em 31 de dezembro, o Realizável Gestão Administrativa apresentava os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	31.12.25	31.12.24
Responsabilidade de empregados	6	3
Adiantamento Férias	6	3
Responsabilidade de terceiros	229	136
Mongeral Aegon Seguradora	229	136
TOTAL	235	139

- Realizável Investimentos**

A Gestão dos recursos do PGA e dos Recursos garantidores dos Planos de Benefícios da Entidade segue as diretrizes estabelecidas pelos normativos legais, em especial a Resolução CMN nº 4.994, de 24/03/2022, atualizada pela Resolução CMN nº 5.202, de 27/03/2025, bem como as Políticas de Investimentos, aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo, que determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos.

A Entidade adota o tipo de gestão terceirizada, por meio de carteira administrada com gestão discricionária do gestor da carteira administrada, realizando investimentos diretamente em títulos e valores mobiliários ou em fundos de investimento não exclusivos.

Nesse tipo de gestão, cabe ao gestor da carteira administrada a decisão de quais ativos específicos serão adquiridos ou quais fundos de investimento receberão aplicações para se atingir os objetivos intencionados e determinados na estratégia de alocação definida na Política de Investimentos. Referida política é elaborada pela Diretoria Executiva (com a participação do Comitê de Investimentos e da consultoria de investimentos) e é aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, firmando a diretriz a ser executada. Os dirigentes da Entidade (diretores e conselheiros) acompanham as atividades do gestor das carteiras e resultados, com foco em garantir os quesitos para o ato regular de gestão.

Os planos de benefícios e o PGA apresentam recursos investidos em títulos públicos federais e/ou fundos de investimentos.

No caso de aplicações em fundos de investimento, a escolha dos ativos finais, como exemplo, os títulos

públicos e privados de renda fixa integrantes do fundo de investimento, é realizada pelos gestores dos fundos de investimento dos quais a Entidade adquire cotas, de acordo com os objetivos e parâmetros determinados nos regulamentos dos fundos. Esses regulamentos desses fundos também devem se apresentar consonantes com as diretrizes já traçadas na Política de Investimentos e com a Legislação de Previdência Complementar.

A CE-PREVCOM conta com serviços especializados de consultoria de investimentos (que assessora a Entidade na definição de estratégias e no monitoramento de risco dos investimentos) e com serviços de Custódia Qualificada e Controladoria (que realiza, dentre outros serviços, o registro detalhado de todos ativos pertencentes às carteiras dos planos administrados da Entidade).

São prestadores de serviços na matéria para a CE-PREVCOM, todos devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM):

SERVIÇO	NOME DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	CNPJ DO PRESTADOR
Gestão de Carteira Administrada	4UM GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	03.983.856/0001-12
Consultoria de Investimentos	I9ADVISORY CONSULTORIA LTDA.	23.828.090/0001-09
Custódia Qualificada e Controladoria	BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12

A carteira de investimentos consolidada e por plano de benefícios é composta como segue, destacando os resultados finais dos exercícios de 2025 e 2024 :

	2025			
	PLANO PREV-CE	PLANO PREV-CE MUNICÍPIOS	PGA	CONSOLIDADO
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	54.379	0	0	54.379
Tesouro IPCA NTN-B	54.379	0	0	54.379
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	51.375	6.831	32.226	90.432
Renda Fixa	51.375	6.831	32.226	90.432
4UM FIF CL INV RF CP LP RL	2.970	1.273	3.831	8.074
BRAD FIF CL INV RF REF DI FED EXT	10.055	2.496	5.099	17.650
CAIXA FIF BR RF REF DI LP RL	0	3.062	0	3.062
CAIXA FIF BR ESPECIAL 2026 TP RF RL	0	0	5.508	5.508
CAIXA FIF BR ESPECIAL 2028 TP RF RL	0	0	8.988	8.988
CAIXA FIF BR 2028 X TP RF RL	0	0	8.800	8.800
CAIXA FIF BR 2030 X TP RF RL	6.628	0	0	6.628
CAIXA FIF BR ESPECIAL 2030 TP RF RL	4.365	0	0	4.365
CAIXA FIF BR 2033 X TP RF RL	8.766	0	0	8.766
CAIXA FIF BR ESPECIAL 2033 TP RF RL	18.591	0	0	18.591
TOTAL	105.754	6.831	32.226	144.811

2024				
	PLANO PREV-CE	PLANO PREV-CE MUNICÍPIOS	PGA	CONSOLIDADO
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	50.560	3.003	27.565	81.128
Renda Fixa	50.560	3.003	27.565	81.128
CAIXA FIF BR RF REFERENCIADO DI LP RL	14.232	3.003	5.566	22.801
CAIXA FIF BR ESPECIAL 2026 TP RF RL	0	0	5.254	5.254
CAIXA FIF BR ESPECIAL 2028 TP RF RL	0	0	8.458	8.458
CAIXA FIF BR 2028 X TP RF RL	0	0	8.287	8.287
CAIXA FIF BR 2030 X TP RF RL	6.282	0	0	6.282
FI CX BRASIL ESPECIAL 2030 TP RF RL	4.132	0	0	4.132
FI CX BRASIL 2033 X TP RF	8.305	0	0	8.305
FI CX BRASIL ESPECIAL 2033 TP RF RL	17.609	0	0	17.609
TOTAL	50.560	3.003	27.565	81.128

Quanto ao PREV-CE e suas características previdenciais, em 2025, os investimentos foram exclusivamente realizados no segmento de renda fixa, com ótima relação risco e retorno, por meio de aplicações em fundos de investimento e compra direta de títulos públicos federais que garantissem taxas reais contratadas, acima do índice de referência de IPCA + 5,08% a.a., com a estratégia de serem “mantidos até o vencimento”, e com vencimentos até 2060, dada a grande liquidez e a fase de pleno crescimento do volume de recursos.

Quanto ao PREV-CE MUNICÍPIOS e suas características previdenciais, considerando o momento ainda inicial de entrada de participantes e de acumulação de recursos, a Entidade manteve os investimentos do plano exclusivamente no segmento de renda fixa, com foco em garantir ótima rentabilidade e baixa volatilidade (baixo risco), sempre com foco no objetivo intencionado dado pelo índice de referência de 102% do CDI, definido na Política de Investimentos vigente. Esse índice de referência intencionado garante uma rentabilidade real bastante significativa no momento atual, acima de IPCA + 7% a.a.

Quanto ao PGA, a Entidade, considerando o fluxo de receitas e despesas administrativas, manteve os investimentos do plano também exclusivamente no segmento de renda fixa, com foco em garantir ótima rentabilidade e baixa volatilidade (baixo risco), buscando superar o índice de referência representado pelo IPCA, definido na Política de Investimentos vigente e conseguindo resultados muito acima desse índice de referência intencionado. A gestão profissional e comprometida da Entidade, com austeridade na execução de despesas e ótimos resultados nos investimentos, enseja uma realidade de que o PGA apresenta lastro mais que suficiente para honrar o compromisso com a mantenedora relativo ao adiantamento de contribuições de patrocinador, quando do atingimento do seu equilíbrio operacional.

Nesse cenário, em 2025, diante das estratégias adotadas pela Entidade na gestão dos investimentos, com foco no cenário de bons rendimentos e baixo risco do segmento de renda fixa, o **PREV-CE** acumulou uma rentabilidade nominal de 12,40%, que corresponde a uma **rentabilidade real de 7,80%** (acima da inflação medida pelo IPCA); já o **PREV-CE MUNICÍPIOS** acumulou uma rentabilidade nominal de 14,13%, que corresponde a uma **rentabilidade real de 9,46%**; enquanto o **PGA** acumulou uma rentabilidade nominal de 12,90%, que corresponde a uma **rentabilidade real de 8,28%**.

Destaca-se, ainda, que, em 2025, a Entidade iniciou a aquisição direta de títulos públicos federais para a carteira do Plano PREV-CE, os quais foram classificados na categoria contábil “Títulos Mantidos até o Vencimento”, na exata forma permitida pela norma específica das EFPC, observando-se a intenção positiva e a capacidade financeira do Plano de manter os ativos até a data de vencimento, compatível com o fluxo de ativos e obrigações.

Com o objetivo de destacar o disposto no artigo 37 da resolução CNPC n.º 43, de 06 de agosto de 2021, com as alterações introduzidas pela Resolução CNPC n.º 61, seguem os dados da carteira de títulos públicos federais do PREV-CE, em 31/12/2025, em milhares de reais:

TIPO	EMISSOR	VENC.	QUANT.	VALOR DE CUSTO (R\$)	VALOR CONTÁBIL (R\$)	VALOR NA CURVA (R\$)	VALOR A MERCADO (R\$)	CATEGORIA DO TÍTULO
NTN-B	Tesouro	15/05/2035	588	2.496	2.514	2.514	2.478	Mantido até o Vencimento
NTN-B	Tesouro	15/05/2055	8.661	34.156	34.443	34.443	34.836	Mantido até o Vencimento
NTN-B	Tesouro	15/08/2060	4.345	17.021	17.422	17.422	17.547	Mantido até o Vencimento
TOTAL	-	-	13.594	53.673	54.379	54.379	54.861	-

Fontes: Bradesco Custódia e 4UM Gestão de Recursos.

Nota: Em conformidade com o artigo 32 da resolução CNPC n.º 43/2021, tendo em vista que os títulos adquiridos foram classificados como "Mantidos até o Vencimento", a Entidade adota como Valor Contábil, de forma oficial, o Valor na Curva, apurado pelo Custodiante. Observado o artigo 37 da mesma resolução, apresenta-se o Valor a Mercado, fornecido pelo Gestor das Carteiras Administradas, apenas para fins comparativos.

No exercício de 2025, os títulos públicos federais adquiridos foram mantidos na Carteira do PREV-CE até o final do exercício. Nesse período de referência, não houve negociação (alienação) ou reclassificação de títulos públicos federais classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

Esses títulos públicos federais da Carteira Administrada do PREV-CE classificados na categoria de "títulos mantidos até o vencimento" são precificados conforme metodologia presente no Manual de Precificação do Custodiante (Bradesco), segundo o qual, os ativos são precificados pela taxa de aquisição, visto que a intenção do gestor da carteira administrada é manter o título até o seu vencimento, dada a capacidade financeira dos planos administrados pela Entidade.

Referida manutenção de títulos até o vencimento está fundamentada, assim, na excelente capacidade financeira do plano PREV-CE em cumprir seus compromissos financeiros sem dispor dos referidos valores até a data de vencimento dos papéis, fundamentado em estudo de Asset Liability Management (ALM), elaborado por consultoria de investimentos especializada, em conformidade com o 3º do art. 30 da resolução CNPC n.º 43, de 06 de agosto de 2021.

A CE-PREVCOM, em conformidade com o artigo 30 da resolução CNPC n.º 43, de 06 de agosto de 2021, atualizada, afirma possuir a capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento".

4.3. EXIGÍVEL OPERACIONAL

- **Exigível Gestão Previdencial**

Registra os compromissos a pagar assumidos pelo Plano de Benefícios; as retenções a recolher incidentes sobre Benefícios e Institutos Previdenciários concedidos pelos Planos de Benefícios; os repasses à Seguradora a título de cobertura para custeio dos benefícios de risco contratados; e valores recebidos de arrecadação, inclusive abono anual. Esses compromissos são baixados contabilmente no mês subsequente, quando são apurados para base do cálculo de cotas regulamentares (cotas de patrimônio dos participantes cotistas) e eventuais devoluções de contribuições previdenciais por conta de cancelamentos de inscrição solicitados por participantes.

A conta denominada "Créditos Ind. Contribuições" constante do quadro adiante registra na EFPC a

ocorrência de pagamentos de contribuições por parte dos patrocinadores eventualmente de modo a maior ou de forma não vinculada às obrigações contributivas regulamentares da competência relativas aos participantes e aos patrocinadores, descritas nos planos de benefícios. Cabe à Entidade o registro contábil e articulação com patrocinadores para devolução, tendo em vista a EFPC não constar na estrutura administrativa desses patrocinadores.

A conta denominada “Contribuições PP – Pendentes” (contribuições de propostas pendentes) constante do quadro adiante registra, na data-base de fechamento do balancete mensal, valores de parcelas de contribuições de risco que deveriam ser repassadas à sociedade seguradora contratada mas os respectivos participantes solicitaram cancelamento de sua inscrição no plano de benefícios ou cancelamento de propostas para coberturas de risco (observado calendário de atuação da Entidade e de fechamento de folha nos patrocinadores). Serão ainda repassados oportunamente aos participantes.

A conta “Recursos a pagar” constante do quadro adiante registra, na data-base de fechamento do balancete mensal, os eventuais valores de contribuições previdenciais de patrocinador e de participantes daqueles participantes que solicitaram para tornar sem efeito a sua inscrição automática no plano de benefícios. São repassadas aos patrocinadores, na forma do regulamento do plano, para as tratativas internas do patrocinador em sua folha de pagamento diante de seu servidor.

A conta “Valores a Repassar Risco Terceirizado” constante do quadro adiante registra representa a obrigação do plano em repassar os valores de contribuições de risco para a sociedade seguradora, na forma e prazos contratuais, observado o regime de competência.

A conta “Recebimentos Não Arrecadados” constante do quadro adiante registra o recebimento do pagamento das contribuições por parte de patrocinadores e participantes ainda dentro do mês de competência (no caso, dezembro; final do exercício; de praxe dos patrocinadores públicos em final de exercício), e as do 13º salário, para que sejam apropriadas nas contas de patrimônio do plano no mês regulamentar de recolhimento (no caso, janeiro do exercício seguinte).

Em 31 de dezembro, o Exigível Gestão Previdencial apresentava os seguintes valores:

Descrição	31.12.25	31.12.24
Retenções a recolher	2	6
IRRF s/Benefício Pagamento Único	2	6
Valores a repassar Risco Terceirizado	1.526	924
Mongeral Aegon Seguradora	1.526	924
Outras exigibilidades	9.569	6.746
Créditos Ind. Contribuições	4	17
Contribuições PP pendente	3	1
Recursos a pagar	15	87
Recebimentos Não Arrecadados	9.547	6.641
Total	11.097	7.676

- **Exigível Gestão Administrativa**

Registra os compromissos a pagar assumidos pela Entidade, para seu funcionamento, como pagamento de despesas com pessoal, encargos sociais e serviços de terceiros, bem como a retenção de tributos.

Em 31 de dezembro, o Exigível Gestão Administrativa apresentava os seguintes valores:

Descrição	31.12.25	31.12.24
Salários e Encargos	243	191
Líquido Salarial	60	49
Encargos s/salários	183	142
Retenções a recolher s/serviços	10	5
Tributos a recolher	47	21
Antecipação de Contrib. Patrocinadores	29.411	28.208
Compromisso com a Mantenedora ⁽¹⁾	29.411	28.208
Total	29.711	28.425

(1) A CE-PREVCOM recebeu, em 29 de dezembro de 2020, o adiantamento de contribuição de patrocinador, na ordem de R\$ 6.000 mil. Em 2021, recebeu R\$ 9.000 mil; e, em 2022, recebeu R\$ 7.500 mil, totalizando o recebimento de R\$ 22.500 mil do Poder Executivo, por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz) do Estado do Ceará, a título de “adiantamento de contribuição de patrocinador”, que foram contabilizados como recursos do Plano de Gestão Administrativa - PGA, para fins de aprovação da PREVIC para o início de operação da Entidade (no Projeto CE-PREVCOM do estado) e para o consequente início do plano dos servidores. Os referidos adiantamentos de contribuição de patrocinador estão previstos na Lei Complementar nº 185/2018, com redação atualizada (vide site ALECE). A Entidade recebeu, ainda, o valor de R\$ 975 mil, em 14/03/2022, por parte do Município de Fortaleza, quando da aprovação prévia da PREVIC para o início de funcionamento do Plano PREV-CE MUNICÍPIOS. Estes valores são atualizados pelo IPCA.

Observa-se o natural crescimento do Compromisso com a Mantenedora, decorrente, exclusivamente, da atualização desse valor pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), na forma da Lei Complementar nº 185/2018, atualizada, o que resultou na variação de R\$ 28.208 em 2024 para R\$ 29.411 em 2025. A Entidade compensará referido valor junto aos patrocinadores, na exata forma da lei.

4.4. PATRIMÔNIO SOCIAL

- **Provisões matemáticas**

As Provisões Matemáticas constituem as reservas financeiras essenciais para garantir o pagamento futuro dos benefícios previdenciários aos participantes e assistidos nos Planos de Benefícios administrados pela CE-PREVCOM: PREV-CE e PREV-CE MUNICÍPIOS.

As Provisões Matemáticas são calculadas pelo atuário responsável, Arthur de Araújo Godinho Luzia, MIBA 2.353, contratado pela Entidade, em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC.

Essas Provisões Matemáticas representam, noutro prisma, diretamente, a soma dos valores individuais que compõem o patrimônio de previdência complementar individual de cada participante de um plano de Regime de Previdência Complementar (os exclusivos cotistas desse patrimônio).

Referido patrimônio individual do participante é formado pela contribuição do próprio participante, acrescida da contribuição paritária de patrocinador a que tem direito por lei, no âmbito de sua previdência privada prevista no art. 202 da Constituição Federal, para compor seu Saldo de Contas individual no seu plano administrado por sua EFPC, seguindo contabilização específica.

Em 31 de dezembro, as provisões matemáticas apresentavam os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	31.12.25	31.12.24
Benefícios concedidos	359	203
Saldo de contas dos assistidos	359	203
Benefícios a conceder	109.846	51.757
Contribuição definida	109.846	51.757
Saldo de contas-parcela patrocinador	51.766	23.947
Saldo de contas-parcela participantes	52.922	24.394
Saldos de contas-parcela participante portada de EFPC	5.158	3.416
TOTAL	110.205	51.960

Os planos de benefícios administrados pela CE-PREVCOM são estruturados na **modalidade de Contribuição Definida (CD)**, conforme **determinação Constitucional** que estabeleceu que os Entes somente poderiam instituir Regime de Previdência Complementar com planos na modalidade de Contribuição Definida (art. 40, §15 da CF).

Desta maneira, os Planos de Benefícios administrados pela CE-PREVCOM seguem, tanto o mandamento constitucional de ser na modalidade CD quanto observa o mandamento explicitado pelo art. 1º, §3º da Lei Complementar estadual nº 185, atualizada: “§3.º Os planos de benefícios geridos pela CE-Prevcom garantirão que o benefício complementar a ser concedido será diretamente e exclusivamente decorrente do **saldo acumulado de reservas individuais em nome do participante ou assistido**, observada a modalidade de contribuição definida determinada no caput, **inexistindo qualquer risco de geração de déficit ou insuficiência financeira a ser coberta pelo Ente Público Patrocinador**. (redação dada pela Lei Complementar n.º 298, de 23.12.2022)”

Assim, as hipóteses atuariais que são utilizadas e representam grande impacto para Planos de Benefício Definido (Planos BD), não são utilizadas para apuração das obrigações dos planos de benefícios na modalidade de Contribuição Definida, junto aos seus participantes.

As **obrigações dos planos administrados pela CE-PREVCOM, nesse tipo de Plano CD, limitam-se, assim, exclusivamente e de modo permanente, ao saldo de conta individual de cada participante e assistido**, com base no regime financeiro de Capitalização e no método de Capitalização Financeira Individual utilizados para a avaliação das Provisões Matemáticas desses Planos.

Destaca-se que nesses Planos CD, não há qualquer risco de déficit ou superávit, pois, como registrado, os benefícios são decorrentes diretamente do saldo individual dos recursos individuais privados dos participantes. Este fato técnico faz, naturalmente, com que não se explicita o componente contábil Equilíbrio Técnico ao caso dos planos geridos pela CE-PREVCOM pois são evidenciadas as obrigações no exato valor dos saldos de contas individuais dos participantes (patrimônio de cobertura do plano).

(i) Benefícios concedidos

Benefícios concedidos representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos na sua conta no seu plano de benefícios, os quais já estão em gozo de benefícios de prestação continuada na previdência complementar.

A Entidade já administra plano que apresenta concessão de pensão por morte de participante ativo para dois beneficiários indicados pelo(a) participante (2024); e mais a concessão de pensão por morte de ativo para um beneficiário (2025), ratificando o importante papel institucional da CE-PREVCOM na proteção de previdência privada para servidores e familiares indicados.

(ii) Benefícios a conceder

Benefícios a conceder representam a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos participantes, que não estejam em gozo de benefícios, referentes ao saldo de contas individual atual de suas contribuições (de participante e paritária de patrocinador a que têm direito por lei) no Plano gerido pela Entidade.

Os valores registrados nestas rubricas constam da Demonstração Atuarial – DA dos planos e de pareceres elaborados pelo atuário, em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Hipóteses e métodos atuariais

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano de benefícios de caráter previdenciário complementar. A Resolução Previc nº 23/2023, de 14 de agosto de 2023, trouxe um detalhamento maior quanto à adoção das hipóteses do plano.

Os planos administrados pela Entidade são estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD), como dito. Implica que as hipóteses atuariais (utilizadas em Planos de Benefício Definido) não são utilizadas para apuração das obrigações dos planos de benefícios em contribuição definida junto aos seus participantes.

Estas obrigações de Planos CD se limitam ao saldo de conta individual de cada participante, com a utilização do regime financeiro de Capitalização e do método de Capitalização Financeira Individual para a avaliação das provisões matemáticas nesse tipo de plano, considerados pelo atuário do plano, conforme já explicitado.

- **Equilíbrio Técnico**

A conta contábil Equilíbrio Técnico é sempre zero e intrínseco ao funcionamento da modalidade de Plano de Contribuição Definida (CD). Por isso, a explicitação do componente contábil Equilíbrio Técnico extremamente necessário para Planos de Benefício Definido (BD) não se apresenta tecnicamente pertinente para Planos de Benefícios Complementares na modalidade constitucionalmente determinada de Contribuição Definida (CD), por ter sempre resultado zero.

- **Fundos**

a. Fundos Previdenciais

A conta denominada “Reversão de Saldo por Exigência regulamentar” constante do quadro adiante se refere à dinâmica contábil do Fundo Previdencial de Exigência Regulamentar e registra as parcelas de contribuições de patrocinador que permanecem no Plano de Benefícios decorrentes de saldos de conta individual de participantes que encerraram o vínculo com o patrocinador e solicitaram o instituto de Resgate, na forma do regulamento do plano. O Conselho Deliberativo aprovou em 2025, com o crescimento gradativo e paulatino da Entidade, o início da utilização desse saldo para compensar contribuições de patrocinador.

A conta denominada “Fundo de Diferenças de Cotas” constante do quadro adiante se refere à dinâmica contábil do Fundo Previdencial de Diferenças de Cotas e registra a variação positiva de resultados de investimentos sobre o valor da cota mensal na data regulamentar do pagamento de Resgates ou Portabilidades que tenham sido requeridas. É gestão da Entidade, por meio de sua Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo, acompanhar, propor e deliberar sobre a destinação de ajuste do fundo, observadas as normas específicas das EFPC.

A utilização dos Fundos Previdenciais seguem regras de constituição e utilização estabelecidas no regulamento do Plano e em Nota Técnica Atuarial, sob o crivo das normas específicas aplicáveis às EFPC.

Em 31 de dezembro, os Fundos Previdenciais apresentavam os seguintes valores:

Descrição	31.12.25	31.12.24
Reversão de Saldo por Exigência regulamentar	251	143
Reversão de Saldo por Exigência regulamentar	251	143
Outros Previstos em Nota Técnica	15	11
Fundo de Diferenças de Cotas	15	11
Total	266	154

b. Fundo Administrativo (PGA)

O fundo Administrativo é formado pela diferença apurada entre (i) as fontes de receita e custeio e (ii) as despesas do Plano de Gestão Administrativa.

As despesas necessárias à administração da Entidade são registradas pelo Plano de Gestão Administrativa (PGA), de acordo com a natureza, observado, ainda, o porte da Entidade no segmento das EFPC (Segmento S4 da classificação da PREVIC).

O saldo do fundo administrativo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2025	2024	VARIAÇÃO %
SALDO ANTERIOR DO FUNDO ADMINISTRATIVO	-306	-696	-56
RECEITAS ADMINISTRATIVAS (1)	7.983	4.109	94
Gestão previdencial	3.530	2.094	69
Receitas diretas	828	411	101
Fluxo dos Investimentos	3.625	1.604	126
DESPESAS ADMINISTRATIVAS (2)	-4.335	-3.719	17
ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	-3.132	-2.411	29
PESSOAL E ENCARGOS	-1.669	-1.322	26
Conselheiros	-106	-104	2
Dirigentes	-567	-458	24
Pessoal Próprio	-996	-760	31
Remuneração	-428	-331	29
FGTS	-62	-47	32
INSS	-200	-150	33
Provisão 13º Salário	-87	-70	24
Provisão Férias	-124	-88	41
Vale alimentação/refeição	-95	-74	28
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-37	-23	61
VIAGENS E ESTADIAS	-48	-19	153
SERVIÇO DE TERCEIROS	-992	-844	18
Administração de Passivo (3)	-944	-828	14
Auditoria Contábil (Independente, anual)	-7	-7	0
Serviços e Consultorias de Investimentos (4)	-36	-9	300
Serviços administrativos	-5	0	100
DESPESAS GERAIS	-11	-10	10
Associações de Classe (5)	-11	-10	10
TRIBUTOS (6)	-375	-201	87
REMUNERAÇÃO – ANTECIP.DE CONTRIB. DE PATROCINADOR(ES)	-1.203	-1.300	-7
Atualização Monetária IPCA (7)	-1.203	-1.300	-7
SALDO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	3.342	-306	-1.192

Quanto aos principais pontos apresentados, seguem as notas que merecem ser destacadas:

- (1) As receitas administrativas cresceram 94% demonstrando a assertividade da gestão da Entidade relativamente ao crescimento e manutenção do grupo de participantes e quanto aos resultados dos investimentos, os quais apresentaram crescimento positivo de cerca de 126% de um exercício para outro.
- (2) As despesas administrativas cresceram apenas 17% quando comparadas com o crescimento das receitas (94%), demonstrando a austeridade da gestão da Entidade quanto à execução das despesas administrativas. Observa-se ainda que o valor total dessa rubrica de despesas administrativas (R\$ 4.335 em 2025; R\$ 3.719 em 2024) inclui a rubrica da atualização monetária da REMUNERAÇÃO – ANTECIP. DE CONTRIB. DE PATROCINADOR(ES) com significativo efeito contábil mas que não representa uma despesa direta de efetiva operacionalização da Entidade.
- (3) Serviços de terceiros para a Administração de Passivo de Previdência Complementar e Atividades Afins de Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), por meio de contrato com a empresa Mongeral Aegon Administração de Benefícios Ltda.
- (4) Serviços e Consultorias de Investimentos representaram a maior variação anual tendo em vista, primordialmente, somente ter se iniciado o serviço/pagamento em outubro de 2024 e constar todo o exercício de 2025 para a rubrica.
- (5) Inscrição como Associada da ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.
- (6) PIS, COFINS e TAXA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - TAFIC, de que trata o artigo 12 da Lei federal nº 12.154/2009, diante da prerrogativa legal da PREVIC frente às EFPC.
- (7) A despesa com atualização monetária em relação ao Adiantamento de Contribuição de Patrocinador (antecipação de contribuições de Patrocinadores) é primordialmente consignada por um registro de natureza contábil, não sendo uma saída de caixa, uma vez que o artigo 21-A da LC/CE nº 185/2018, atualizada (vide site ALECE), prevê a compensação do valor adiantado com correção monetária, a partir do prazo de até quinze anos ou quando for atingido o equilíbrio operacional da Entidade, o que ocorrer primeiro. Esse valor segue sendo acompanhado e atualizado pela Entidade, na forma da lei, com o devido registro contábil.

Os esforços da gestão da Entidade, desde o seu início de funcionamento (em 2021), resultaram, em 2025, na reversão do *Fundo Administrativo a Descoberto* (Saldo do Fundo Administrativo) de 2024 (R\$ -306) para a formação de Fundo Administrativo no valor de R\$ 3.342. Este fato foi impulsionado pelo crescimento da receita administrativa oriunda de contribuições e receitas diretas, dado o aumento do número de participantes nos planos de benefícios, além do significativo aumento da receita com investimentos, frente às despesas administrativas executadas com a austeridade da gestão. Esse cenário ocasionou a presente situação de receitas totais, que incluem retornos de investimentos sobre “Adiantamento de Contribuição de Patrocinador”, maiores que despesas totais. Demonstra o correto caminho institucional e sucesso administrativo da CE-PREVCOM.

Não obstante, não tivesse havido e não existisse ainda na Entidade o valor do “Adiantamento de Contribuição de Patrocinador”, não se verificaria a formação de fundo administrativo pois ainda não foi constatado equilíbrio operacional sem contar com esse adiantamento e seus rendimentos decorrentes. Contudo, verifica-se que a CE-PREVCOM caminha na direção desse atingimento de equilíbrio operacional diante do profissionalismo e conhecimento técnico da gestão e contratados envolvidos.

O registro contábil inicial da Entidade quanto ao fundo administrativo a descoberto é diretamente decorrente da sua fase inicial de operação e, em plena conformidade com a Resolução PREVIC nº 23/2023, diante do recebimento do Adiantamento de Contribuição de Patrocinador para justamente suportar gastos iniciais de operação da Entidade, mediante prévia autorização de funcionamento pela PREVIC, até que se atinja o equilíbrio operacional almejado.

Nesse cenário, é natural ter ocorrido o registro de fundo administrativo a descoberto diante dessa fase inicial de administração e funcionamento dos planos de benefícios complementares administrados pela

EFPC, fase em que as despesas naturalmente superam as receitas.

Relembra-se que um Fundo Administrativo em uma EFPC surge com as sobras de receitas próprias em relação às despesas.

Quanto ao modelo de gestão do PGA, a CE-PREVCOM adota o modelo de gestão compartilhada entre os planos de benefícios para os recursos administrativos registrados no PGA, conforme dispõe o art. 4º do Regulamento do PGA, disponível no sítio eletrônico da Entidade.

Nesse sentido, consoante as normas específicas das EFPC, foi definido o critério de registro contábil para o rateio da participação de cada plano de benefícios complementares no Fundo Administrativo, mediante proposição da Diretoria Executiva e aprovação pelo Conselho Deliberativo (CONDEL), em sua 47ª Reunião Ordinária, na exata conformidade com a legislação específica.

Referido rateio contábil foi diretamente proporcional aos valores do Adiantamento de Contribuições de Patrocinador efetuado relação a cada um dos planos de benefícios, resultando 96,08% para o PREV-CE e 3,92% para PREV CE MUNICÍPIOS.

Desta maneira, a participação dos planos no Fundo administrativo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentava a seguinte composição:

	2025	2024
Fundo Administrativo		
Plano Prev CE	3.211	0
Plano Prev CE-Municípios	131	0
Total Fundo administrativo	3.342	0

5. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para fins de consolidação das demonstrações contábeis, as contas custeio administrativo previdencial são eliminadas através de Balancete de Operações comuns.

Classificação	Descrição	2025	2024
1	Ativo		
1.02.01.01.99	Outros recursos a receber Gestão previdencial	1	1
1.02.02.01.01	Contribuições para custeio Gestão Administrativa	596	191
1.02.02.03.01	Participação no PGA	3.342	0
1.02.01.01.99	Outros recursos a receber – Operações comuns	(1)	(1)
1.02.02.01.01	Contribuições para custeio – Operações comuns	(596)	(191)
1.02.02.03.01	Participação no PGA	(3.342)	0
2	Passivo		
2.01.01.06.01	Custeio Adm previdencial- Gestão previdencial	(596)	(191)
2.01.02.99	Outras exigibilidades – Gestão Administrativa	(1)	(1)
2.03.02.02.02	Participação no PGA	(3.342)	0
2.01.01.06.01	Custeio Adm previdencial – Operações comuns	596	191
2.01.02.99	Outras exigibilidades – Operações comuns	1	1
2.03.02.02.02	Participação no PGA	3.342	0

6. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

• Gestão Previdencial

O resultado do plano de benefícios previdenciais no exercício é formado pelas adições, subtraídas das deduções, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e

da constituição de provisões matemáticas.

No exercício de 2025 a entidade apresentou um crescimento nos resultados das operações previdenciais em virtude do aumento do número de participantes, bem como do consequente aumento na arrecadação. O número de participantes ativos nos planos passou de 1.756 em 2024 para 2.353 em 2025, representando um aumento de 34%. Na arrecadação, as adições correntes aumentaram 73% em comparação com o ano de 2024, contribuindo, juntamente com o resultado da rentabilidade dos investimentos, no acréscimo patrimonial dos planos.

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Existe o processo nº 3044271-61.2024.8.06.0001 em trâmite, com andamento perante a 8ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza/CE, cujo objeto é reclamação de um atual participante do PLANO PREV-CE, administrado pela CE-PREVCOM, vinculado ao Patrocinador Ministério Público/Procuradoria Geral de Justiça (MPCE/PGJ), processo este direcionado pelo participante ao Estado do Ceará e à Fundação de Previdência Social do Estado do Ceará (CEARAPREV), no que respeita à qualificação do seu segurado no Regime Próprio (RPPS) do Estado; e à Fundação de Previdência Complementar do Estado do Ceará (CE-PREVCOM), no que respeita a sua atual condição de participante de plano. A reclamação versa sobre a sua qualificação prévia no RPPS administrado pela CEARAPREV e Estado do Ceará, como “RPPS Limitado”, e a consequente inscrição automática do participante, por lei, feita pelo Patrocinador, no Plano PREV-CE administrado pela CE-PREVCOM (o segurado do RPPS foi qualificado pelo Estado e pela CEARAPREV como “RPPS Limitado”). A CE-PREVCOM compõe o processo como litisconsorte necessário visto que administra os recursos da previdência privada do participante no plano em seu saldo de contas individual, conforme as regras do regulamento do PREV-CE. Consta do processo um valor de causa atribuído de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

8. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram até a presente data, eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.

9. LEGISLAÇÕES

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, na Sessão Ordinária 764ª, realizada em 16 de dezembro de 2025, aprova a Resolução Previc 26 que altera a Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, que estabelece procedimentos para aplicação das normas relativas às atividades desenvolvidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar, bem como normas complementares às diretrizes do Conselho Nacional de Previdência Complementar e do Conselho Monetário Nacional e entra em vigor em 01/01/2026.

PORTARIA PREVIC Nº 1.071, DE 18.11.2025

O Diretor de normas da SNPC - PREVIC, com fundamento no Parágrafo Único do art. 178 da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023, e em conformidade com o art. 24 da Resolução CNPC nº 62, de 9 de dezembro de 2024, resolve:

Art. 1º Esta Portaria altera os anexos contábeis I - Planificação contábil padrão, II - Função e funcionamento das contas e III - Modelos das Demonstrações Contábeis, da Resolução Previc nº 23, de 14 de agosto de 2023.

Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026.

Reforma Tributária

A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023 aprovou a reforma tributária sobre o consumo, com consequente autorização legislativa para criar: i) Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada dos Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 156-A, CF/88); ii) Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), de competência da União (art. 195-V, CF/88); e iii) Imposto Seletivo (IS), que deverá incidir sobre produtos industrializados específicos, de competência da União.

Na prática, deverá ocorrer a extinção ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS, que serão absorvidos pelos tributos criados, mantendo-se, entretanto, a competência dos entes federados. As contribuições ao PIS e COFINS deverão compor a CBS.

De acordo com o novo modelo tributário, regulamentado pela Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, as entidades de previdência complementar fechadas, constituídas de acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, estão enquadradas nas hipóteses de não incidências do recolhimento da CBS e IBS (inciso IX, art. 26 da LC 214/2025). Entretanto, a transição, com a extinção do PIS/COFINS e surgimento da CBS, deve ocorrer entre 2026 e 2032 (art. 351 a 359 da LC 214/2025).

Estas Demonstrações Contábeis (e Notas Explicativas) seguem assinadas pela Diretoria Executiva, inclusive o Diretor-Presidente, indicado pelo Conselho Deliberativo como o diretor responsável por atender a PREVIC diante da Contabilidade da Entidade, em passo definido em norma específica das EFPC, e pela Contadora oficial da Entidade, com ciência e visto da Assessora de Controle Interno e Ouvidoria da CE-PREVCOM, para fins de manifestação do Conselho Fiscal da Entidade e de aprovação do seu Conselho Deliberativo, na forma específica de funcionamento das EFPC.

Fortaleza, CE, 23 de março de 2026.

DocuSigned by:

Marta Almeida da Silva

490A6D0B1BDC43B

Marta Almeida da Silva

Contadora CRC-RJ 075.023/0-5

CPF 722.624.607-44

Diretoria Executiva

Liano Levy A. G. Vieira

Diretor de Administração e Tecnologia da
Informação, ARPB / ANBIMA CPA-20
CPF 004.075.293-30

Francivaldo Souza do Nascimento

Diretor de Previdência e Atuária
ICSS Administração
CPF 714.988.773-20

Wandermon Corrêa Silva

Diretor de Investimentos
ANBIMA CPA-20 e CEA
CPF 616.402.473-00

Francisco Robson da Silva Fontoura

Diretor Presidente
ANBIMA CPA-20 e ICSS Administração
CPF 720.828.283-87

Ciência e visto:

Tatiana Ferreira
Assessora de Controle Interno e Ouvidoria.